

Homofobia e violência de gênero: uma análise das violações de direitos e do preparo e da abordagem do tema pelos professores no IFSP.

Vitória de Camargo Bugada¹, Josilda Maria Belther²

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Araraquara. vitoriabugada@hotmail.com

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Araraquara. josilda@ifsp.edu.br

Resumo: Este trabalho pretende elaborar uma análise da educação em Direitos Humanos, mais especificamente sobre homofobia e violência de gênero no IFSP Campus Araraquara, investigando se esse espaço escolar constitui-se como inclusivo ou se ocorrem violações desses direitos e as suas consequências. Também é preterido analisar o conhecimento dos docentes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio sobre educação em Direitos Humanos, além de investigar se estes trabalham tal tema em suas aulas. Está sendo desenvolvido um estudo da educação em Direitos Humanos por meio de análise de livros, artigos e legislação que tratam do tema, de experiências já desenvolvidas em outros sistemas de ensino. A partir da análise desse referencial teórico bem amplo, pretende-se desenvolver uma pesquisa empírica no IFSP Campus Araraquara, com a participação de alunos e docentes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, visando a discussão sobre o assunto e a elaboração de um plano de trabalho com diretrizes para orientar a equipe de formação continuada dos docentes e da coordenação do campus em questão.

Palavras-chave: Homofobia. Violência de Gênero. Educação em Direitos Humanos. Ensino Médio.

Linha Temática: Formação Inicial e Continuada de Professores (FP).

INTRODUÇÃO

Desde a Declaração Mundial dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, a discussão acerca desses direitos vêm atingindo um âmbito mundial e produzindo tratados internacionais, planos e diretrizes que buscam os garantir à população. Tais discussões visam compreender como os Direitos Humanos podem ser aplicados na política, na educação e na sociedade.

Em se tratando do campo educacional, o Brasil publicou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em 2007, que visa a normatização do ensino sobre Direitos Humanos, a divulgação de materiais didáticos acerca do assunto, o estabelecimento de intercâmbios internacionais, a capacitação dos profissionais e o monitoramento dos projetos realizados.

Apesar de haver esses projetos para a garantia dos Direitos Humanos, é sabido que estes não são cumpridos na maioria das vezes, já que é comum notícias sobre violência, discriminação e exclusão, por conta de gênero, sexo, etnia, religião, cultura, orientação sexual, dentre outras características individuais. Com isso, atribui-se uma enorme importância para a educação em Direitos Humanos, em que é buscado transformar alunos em cidadãos, almejando uma sociedade baseada no respeito ao próximo.

Avaliando a escola em si, é notório que esta desempenha um papel de reprodutor das relações de poder e normalizador de padrões sociais, ao ser responsável por ambientar situações de bullying, bullying homofóbico e racismo, por exemplo, causando assim, a exclusão e o preconceito, além de se silenciar diante desses acontecimentos, fazendo com que estes só aumentem. Além disso, o currículo escolar transmite, de forma implícita, diferenças e imposições de acordo com os gêneros, isto é, modos de ser masculino e modos de ser feminina, determinando uma discriminação no próprio documento que rege a instituição escolar. Desse modo, há a necessidade de mudar esse currículo para que este se torne um elemento construtor do respeito e da diversidade.

Com isso, fez-se necessário focar este trabalho no emprego dos Direitos Humanos no campo educacional, com o intuito de buscar compreender como funcionam os Parâmetros Curriculares Nacionais, como normalmente acontecem as situações de discriminação e exclusão, isto é, se são de forma indireta ou direta, quem geralmente possui este tipo de atitude excludente, qual é a reação dos professores e diretores escolares e o que isso influencia para a sociedade em um geral.

Desse modo, o objetivo geral do trabalho é investigar o que os docentes e alunos sabem sobre homofobia e violência de gênero, qual é a atuação dos professores quando têm de lidar com situações de homofobia e discriminação por gênero, e também se alguma vez já ocorreu ou se ainda ocorre violação dos Direitos Humanos com alunos do IFSP Campus Araraquara.

MATERIAIS E MÉTODOS

É possível ressaltar que o estudo está sendo uma ampla leitura sobre orientação sexual, identidade de gênero e educação em Direitos Humanos, afim de analisar e identificar quais os pontos mais importantes que todo docente deve ter conhecimento para se estar preparado para atuar em uma sala de aula. Desse modo, estão sendo verificados diversos artigos e livros sobre os Direitos Humanos no campo educacional, sobre a qualidade de vida de mulheres, gays, lésbicas, transexuais, travestis e bissexuais, e sobre o bullying homofóbico no sistema educacional. Além disso, materiais pedagógicos que tratam do assunto também estão sendo analisados, como por exemplo os cadernos sobre ética e cidadania produzidos pelo governo e distribuídos em escolas estaduais e municipais.

Também está sendo feita uma análise aprofundada sobre “ideologia de gênero” e quais os tópicos políticos, filosóficos e pedagógicos por trás deste termo, buscando associá-lo com a questão da normalidade transferida pelas escolas, já que esta vêm exercendo um papel de transmissora de padrões de comportamento atualmente. Com isso, os estudos teóricos que compõem este trabalho discutem desde a definição de currículos escolares, Direitos Humanos, violência de gênero e orientação sexual, até seus papéis na educação e consequências na sociedade.

É importante frisar que, durante todo o processo do estudo, o papel do professor é sempre destacado, já que esta pesquisa visa proporcionar aos professores do IFSP Campus Araraquara projetos para trabalharem com seus alunos do Ensino Médio Integrado a educação em Direitos Humanos. Assim, está sendo discutida a questão do silêncio dos docentes frente às situações de discriminação e homofobia, o qual ocorre por medo de criarem problemas com os pais. Todavia, o silêncio é um meio de contribuição para o desrespeito, sendo de extrema importância que este se rompa.

Em suma, está sendo realizado um levantamento bibliográfico sobre todos os assuntos citados acima, em que são analisados tratados, planos, documentos oficiais e legislação educacionais, anais de congressos, estudos nacionais e internacionais, artigos e livros sobre a sexualidade e a violência de gênero nas escolas perante as condições da sociedade atual, seguindo uma vasta lista de obras consultadas (LOURO, 2010, 2008; BOURDIEU, 2007; FURLANI, 2007; MISKOLCI, 2012). Além disso, será feita uma pesquisa empírica, em que serão aplicados questionários aos alunos do Ensino Médio Integrado do IFSP Campus Araraquara e aos docentes dessas turmas, buscando avaliar, no caso dos alunos, se estes já sofreram ou sofrem algum tipo de violência de gênero ou discriminação por orientação sexual, se já presenciaram atitudes homofóbicas na escola e como isso ocorreu exatamente. No caso do questionário para os professores, é procurado analisar qual é a postura desses profissionais diante de determinadas situações, qual foi o envolvimento dos próprios em relação à esse assunto durante sua formação, se já presenciou casos de homofobia ou de machismo dentro da sala de aula e se concordam com as medidas tomadas pela coordenadoria da escola diante de tais momentos.

Desse modo, com os resultados dos questionários, será feito um estudo sobre o ambiente escolar do IFSP Campus Araraquara, isto é, se este espaço realmente respeita os Direitos Humanos. Também serão colhidos dados sobre os projetos realizados nesta escola e seu currículo escolar, buscando definir como se dá a educação em Direitos Humanos neste local. À partir dessa análise aprofundada com base nas leituras do levantamento bibliográfico e com os dados colhidos através dos questionários, serão pensados e definidos projetos para os docentes aplicarem aos seus estudantes, de modo que esses educadores possam se familiarizar com o assunto afim de se adaptarem à esta perspectiva de educação. Esses projetos têm por principal finalidade garantir aos educandos um espaço escolar não sexista, com mais igualdade e equidade entre os gêneros, mais inclusivo e com mais respeito à diversidade.

RESULTADOS

Desde a Constituição de 1934, a educação é um direito de todos os cidadãos, o que causou a universalização do ensino brasileiro. Porém, tal universalização não garantiu a permanência e o

sucesso dos estudantes nas escolas, já que, apesar desse processo, não houve equidade entre as instituições.

Em meio a esse movimento, a instituição escolar tornou-se um espelho da sociedade moderna: excludente, hierárquica, dominada e marginalizada, fazendo com que os alunos não se sintam acolhidos neste ambiente, característica que, muitas vezes, causa a evasão dos próprios. Essa exclusão é, na maioria das vezes, causada devido à cor, orientação sexual, classe social ou até mesmo pelo sexo.

Em relação à sexualidade, tem-se como base o que é considerado normal, isto é, tem de seguir um padrão para ser aceito pela sociedade, surgindo um tema muito utilizado atualmente: “heteronormativo”. Isto é, hêteros são considerados normais, enquanto a comunidade LGBT é vista como um problema social, sendo possível destacar também a sociedade machista atual. Essa visão exacerbada das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero causa violência, tanto física quanto psíquica, discriminação, exclusão, dentre outros aspectos que definem a homofobia e a violência de gênero.

De acordo com Mendonça et. al. (2011), na visão *construcionista*, isto é, na teoria da construção social, a sexualidade é histórica, de modo que sua construção deve-se ao tempo e à cultura, sendo contrária ao que diz o *essencialismo*. Já na visão *pós-estruturalista*, a discussão é sobre a diferença entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Enquanto tal diferença não for entendida, a discriminação e exclusão desses grupos permanecerá, refletindo esses problemas na escola, já que os próprios educadores confessam ter dificuldade em trabalhar este assunto, não sabendo lidar com situações discriminatórias no contexto escolar, ou seja, esse ambiente torna-se desrespeitoso e excludente, deixando a educação de lado, violando um direito do cidadão, o direito à educação.

Por não saberem lidar com casos de homofobia e violência de gênero, os professores, e até mesmo a direção da escola, não levam esses casos adiante, considerando-os apenas como brincadeiras, influenciando a multiplicação desses acontecimentos justamente pela falta de punição. Conforme Tavares et. al. (2016), o silêncio e a falta de punição é uma forma de disseminar ódio, violência e repulsa por alguém. Isso quer dizer que, se um indivíduo presenciar uma atitude homofóbica e se calar, é tão culpado quanto o agressor. Outra forma é aceitar a pessoa com condições, ou seja, se ela souber “disfarçar” a sua sexualidade em público e seguir os padrões impostos de postura, fala e vestimentas, então será aceita, caso contrário não. Com isso, Batista (1999) criou a expressão “amolador facas”:

O fio da faca que esquadreja, ou o tiro certo nos olhos, possui aliados. Agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. (BAPTISTA, 1999, p.46 apud TAVARES; FELICIO, 2016, p. 18).

Uma fato que demonstra a homofobia no Brasil é a busca pela *cura gay*, em que a homossexualidade é considerada uma doença por muitas pessoas e, por isso, procuram tratamentos médicos e psicológicos.

Na educação, a ideia de amolar facas permanece, pois todas as mudanças escolares se devem à convivência dos professores e diretores com os alunos, estabelecendo assim o que deve ser mudado e exercendo a ação, porém, mesmo observando situações discriminatórias em relação a homofobia, nenhuma atitude é tomada, ou seja, há o silenciamento de professores e coordenadores escolares para com os seus alunos, servindo como “amoladores de facas”. É considerado inadmissível um professor de matemática abordar questões de sexualidade em sala de aula, já que a escola possui profissionais para isso, como por exemplo os psicólogos. Todavia, mesmo com a presença de tais profissionais não há a discussão necessária, e conflitos dessa grandeza merecem o destaque por todos os funcionários da escola, e não somente por um único profissional. Além disso, o professor é quem tem mais contato com os estudantes, observando o tempo todo quais os conflitos entre eles, sabendo lidar com as situações melhor do que qualquer outro profissional da instituição escolar.

O educador tem como função integrar os conhecimentos, isto é, ao invés de simplesmente transmitir conteúdos, ele os associa com o cotidiano do aluno na tentativa de remodelar a sua prática.

Assim sendo, o conhecimento escolar deve influenciar nas atitudes do dia-a-dia do aluno, fazendo com que este seja um indivíduo mais crítico na sociedade, problematizando junto com o professor as situações discrepantes. Desse modo, ao evitar a discriminação dentro do ambiente escolar e na própria convivência desses alunos para com outros indivíduos, já que um reflete o outro, é garantido um ensino com maior qualidade e respeito.

Todavia, em relação à educação sexual nas instituições escolares, o que é ensinado muitas vezes é apenas a questão da prevenção, assunto debatido desde a década de 1980, com o surgimento da Aids. Logo, a sexualidade discutida com os estudantes é sinônimo de proteção e saúde, ou seja, é apenas biológica, não levando em conta a existência das diferentes orientações sexuais. Desse modo, pode-se concluir que a escola está disseminando discursos heteronormativos, através de conteúdos, por exemplo, que transmitem a cultura excludente de forma implícita.

Pode-se afirmar, segundo Borrillo (2009), que essa rejeição pela homossexualidade é justamente por ela ser parte de um pluralismo sexual numa sociedade que não admite pluralismos. Logo, tem-se que só uma orientação sexual é bem quista, a heterossexualidade, por ser parte de um status considerado natural e superior. Essa rejeição não é simplesmente por uma questão de rótulos e definições, já que são considerados “anormais”, mas sim por uma questão ideológica. Por exemplo, ao procurar sinônimos de homossexual encontramos diversos nomes: gay, homo, travesti, lésbica, afeminado, maricon, invertido, pederasta, dentre outros, enquanto que para heterossexual não é encontrado nenhum sinônimo. Isso define o costume social de se dar nomes e definições exageradas para algo que é visto como diferente, o que leva à uma questão ideológica.

De um modo histórico, pode-se concluir que os héteros são considerados normais devido ao sexo biológico, macho e fêmea, que determinam um desejo sexual homogêneo, a heterossexualidade. Assim, quando uma orientação é adversa à biologia, torna-se excluída. Outra questão contrária à biologia é a identidade de gênero e, portanto, a homofobia torna-se mais ampla, pois não é contra somente ao desejo sexual “diferente”, mas também às personalidades e individualidades. Por isso, essa forma de preconceito pode ser dividida em: *homofobia geral*, em que consiste em um preconceito contra à toda a comunidade LGBT, seja por orientação sexual ou por identidade de gênero, e *homofobia específica*, a qual é contra exclusivamente à gays e lésbicas, podendo esta ainda ser dividida em “gayfobia” e “lesbofobia”, a qual esta última sofre duplo preconceito: por ser mulher e por ser homossexual.

Sigmund Freud, o pai da psicanálise, ao estudar a homossexualidade focou no campo masculino, em que apenas um dos seus vários estudos foi dedicado às mulheres, não havendo pseudônimos, sendo que nos masculinos foram todos os pacientes mantidos em anonimato. Isso representa na prática o que foi dito anteriormente, de as mulheres serem mais desrespeitadas pelo sexismo e pela homossexualidade, enquanto os homens são somente por esta última.

Em relação ao sexismo, tem-se que as primeiras reivindicações feministas causaram discórdia, pois as mulheres que lutavam por mais respeito e mais liberdade eram consideradas depravadas, imorais e pervertidas. Tais reivindicações começaram quando as mulheres começaram a progredir no mercado de trabalho, focando em seus estudos e empregos, deixando assim, o casamento e a maternidade em segundo plano. Como o sexismo é dado pela superioridade do homem em relação à mulher, há a ideia machista de que o papel das mulheres é de esposa e mãe, contradizendo o que estava acontecendo com essas reivindicações.

“[as mulheres] existem primeiramente por e para o interesse dos outros, ou seja, na condição de objetos acolhedores, atraentes e disponíveis. Espera-se que sejam “femininas”; em outras palavras, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas e mesmo situadas em segundo plano. Essa pretensa “feminilidade” não é em geral mais do que uma atitude de complacência com as expectativas masculinas, reais ou supostas. Consequentemente, a relação de dependência para com os outros (e não somente para com os homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser.”
(BOURDIEU, P. 1998 apud BORRILLO, D. 2010, p. 25)

Com isso, os homens começaram a se repudiar por terem de dividir locais de trabalho com mulheres, e surgiu o discurso de que “gostavam mais do laboratório que do quarto de seus filhos”, pois essas mulheres estavam indo contra a função social que lhes eram dispostas, além de demonstrar que as mulheres não precisavam de um homem para ter uma vida digna, como acreditavam na época.

Assim, sendo consideradas pervertidas, os homens acreditavam que essa perversidade era passada aos filhos, os quais tornavam-se afeminados ou às filhas que se tornavam másculas. Desse modo, surge um duplo preconceito: sexismo (machismo) e homofobia.

Assim como toda ação excludente, a homofobia não é apenas rotular o outro como diferente, mas sim inferioriza-lo violentamente, seja moral ou fisicamente. Desse modo, essas pessoas são vistas como pecadoras e imorais, e em alguns países a homossexualidade e a mudança de gênero são considerados crimes, gerando pena grave.

Em suma, o levantamento bibliográfico desta pesquisa é bem vasto e analisa desde a legislação da educação brasileira até a condição real de mulheres e da comunidade LGBT na sociedade atual. À partir dessa base aprofundada e teórica, busca-se então aplicar os questionários descritos anteriormente para verificar as condições dos alunos e dos docentes no Ensino Médio Integrado do IFSP Campus Araraquara. Assim, será investigado se a amolação de facas, descrita por Batista (1999), ocorre neste ambiente escolar, qual é a postura dos docentes diante disso e, então, serão propostos projetos para os próprios trabalharem a educação sexual com seus alunos durante suas aulas, independentemente da disciplina ao qual são responsáveis, já que a sexualidade na escola deve ser discutida sempre que houver necessidade, e não somente quando um professor de biologia aparecer pois, como dito previamente, a educação sexual não é biológica e sim ideológica.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa tende a gerar uma inovação para o corpo docente do IFSP Campus Araraquara, já que por parte desta instituição não há materiais didáticos e pedagógicos que atrelam questões ideológicas e educação.

Com isso, o projeto que está sendo buscado desenvolver trará ideias de atividades para se trabalhar em sala de aula buscando explicar educação sexual, orientação sexual e violência de gênero.

Além disso, alguns projetos tendem à servir como uma formação continuada aos docentes, já que normalmente a pedagogia é deixada de lado durante as formações continuadas dos educadores, em que cada um, na maioria das vezes, busca aprofundar-se em sua área de estudo, isto é, exatas, biológicas ou humanas, sendo que é de extrema importância trabalhar a pedagogia e associá-la a temas sociais e ideológicos.

Dessa forma, os projetos que serão desenvolvidos à partir dos resultados que serão colhidos com os questionários e das leituras feitas durante o levantamento bibliográfico, têm por objetivo tornarem-se parte do currículo escolar desta instituição, sendo importantes contribuintes para a formação continuada dos docentes e para o desenvolvimento escolar, social, político, cultural e ideológico dos alunos, mostrando que essas questões, principalmente a educação sexual, não é somente biológica, e sim algo muito mais grandioso.

Para ser uma pesquisa mais ampla, seria necessário avaliar diversos campus, comparando-os e levando esses projetos à uma extensão de divulgação. Contudo, por conta do tempo disponível para o trabalho e outras condições burocráticas, é possível afirmar que isso não ocorrerá, limitando este estudo somente ao IFSP Campus Araraquara.

É possível também sugerir trabalhos futuros com base nesta pesquisa, depois de finalizada, como por exemplo o desenvolvimento de outros projetos para outras turmas, já que nesse caso serão apenas para o Ensino Médio.

Poderiam ser analisados métodos de se ensinar crianças contra a heteronormatividade e o sexismo através de atividades práticas moldadas para a sua idade, por exemplo. Assim, seria alcançado o ideal de se trabalhar essas questões durante todo o período escolar dos alunos, em que as atividades seriam sempre moldadas para a idade a qual se está operando.

REFERÊNCIAS

BORRILLO, D. A Homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. **Homofobia e Educação: Um Desafio ao Silêncio**. Brasília, DF: UnB, 2009. p. 15-46.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis RJ: Vozes, 2007.

FURLANI, J. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 269-285. Dez. 2007.

LOURO G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), 17-23, 2008.

LOURO G.L. Pedagogia da sexualidade. In LOURO G.L. (org.), **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MENDONÇA, R.H.; JOCA, A.M.; TORRES, M.A.; et. al. Educação e Diversidade Sexual. **TV Escola, Programa Salto para o Futuro**. Ano XXI, Boletim 04. Maio, 2011. 45 p.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2012.

TAVARES, H. S. de; FELICIO, J. C. A amolação de facas nos espaços educativos: quando o silêncio e o discurso também matam. **Revista Mundo Livre**, [S.I.], v. 2, n. 2, p.12-27, 2016. Anual.